



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

25 DE JULHO DE 1977.

DISCURSO POR OCASIAO DA ABERTURA
DO XII CONGRESSO NACIONAL DE BAN-
COS, EM MANAUS-AM.

Desde fins de 1973, o Mundo Ocidental enfrenta o difícil problema de ajustar-se à crise do petróleo e a seus posteriores desdobramentos. Inflação, desemprego, desequilíbrios externos agravaram-se em escala sem precedentes, como ainda não ocorrera nas últimas décadas. O grande esforço que vem sendo desenvolvido pelo Brasil no meu Governo é o de viabilizar sua trajetória de crescimento dentro do atual panorama de restrições internacionais. Em seus aspectos socialmente mais angustiantes, a recessão e o desemprego em massa, conseguimos escapar à crise. Era inevitável, porém, que tivéssemos que arcar com a nossa quota de sacrifício em termos de desaceleração do crescimento e, sobretudo, de recrudescimento da inflação.

A diferença entre o mundo de hoje e o de 1973 não se limita ao fato de os preços do petróleo serem cinco vezes maiores. Ela se identifica essencialmente pela nova distribuição internacional dos saldos em conta-corrente dos balanços de pagamentos. Até 1973, esses saldos obedeciam à configuração clássica dos *superavits* nos países industrializados, naturalmente exportadores de capitais, e dos *deficits* nas nações em desenvolvimento, absorvedoras de poupanças externas. As somas recicladas pelas

transações correntes, por sua vez, raramente iam além dos 10 bilhões de dólares anuais. A partir de 1974, a grande mutação surgiu com o aparecimento de *superavits* sem precedentes nos países da OPEP. Ainda hoje, essas nações acumulam saldos de mais de 40 bilhões de dólares anuais, os quais naturalmente representam os *deficits* do resto do mundo. A persistência desses *superavits*, em países de baixa propensão para importar e que preferem aumentar seus depósitos no sistema financeiro internacional a realizar investimentos diretos em outras nações, representa o desdobramento mais dramático da crise internacional. Enquanto tais saldos se mantiverem na atual configuração, não teremos como escapar ao endividamento crescente do mundo importador de petróleo. Isso exige que se reformulem conceitos tradicionais de ajuste do balanço de pagamentos, de cooperação internacional e de limites de endividamento, os quais, se eram absolutamente ortodoxos até 1973, perderam a necessária coerência no momento em que alguns países passaram a apresentar extraordinários saldos estruturais em seus balanços em conta-corrente.

Encontramo-nos diante de um quadro em que a tentativa de cada país importador de petróleo de equilibrar seu saldo em conta-corrente, pelos clássicos instrumentos monetários, fiscais e cambiais, não passaria de um inútil jogo de soma zero, com reflexos tragicamente recessivos para toda a humanidade. No mundo atual, não cabe buscar esse equilíbrio, mas apenas uma distribuição mais equitativa

dos desequilíbrios. Em tal perspectiva, os países industrializados, se insistirem em retornar à sua tradicional posição de superavitários, em conta-corrente, conseguirão apenas agravar o *deficit* e o endividamento externo das nações em desenvolvimento, como ocorreu em 1975. Paradoxalmente, os países industrializados precisam hoje se transformar em absorvedores líquidos de capitais, aceitando sua quota-parte de déficit em conta-corrente, para melhor ajudar as nações em desenvolvimento. A solução mais cooperativa, nesse quadro, consiste em adotar uma política de expansão interna e de eliminação de barreiras protecionistas, que permita o aumento substancial das exportações dos países de menor renda *per capita*. Esse aumento de exportações é indispensável, não só para diminuir os *deficits* do mundo em desenvolvimento, mas também para viabilizar o inevitável crescimento de sua dívida externa, nos próximos anos.

Reciclar os saldos da OPEP, por sua vez, passou a constituir a nova função do sistema financeiro internacional, que não mais se pode ater aos parâmetros anteriores à crise do petróleo. Por certo, é dever dos banqueiros zelar para que seus clientes não enveredem pelo perigoso caminho do endividamento em bola de neve. Porém, é indispensável reconhecer que os saldos a transferir no mercado financeiro internacional são, hoje, várias vezes superiores aos que se transacionavam até 1973.

O maior problema enfrentado pelo Brasil, a partir de 1974, foi o de compatibilizar o seu processo

de desenvolvimento com a imperiosidade do gradual ajuste do balanço de pagamentos. Em 1974, sob o primeiro impacto da crise do petróleo, a balança comercial, tradicionalmente equilibrada, apresentou um *deficit* de 4,6 bilhões de dólares. Somado o saldo negativo dos serviços, o *deficit* em conta-corrente chegou a 7,1 bilhões de dólares. Embora a maior parte desse *deficit* fosse coberta pelo ingresso de empréstimos e investimentos diretos, o Governo tinha a consciência de que era necessário reduzi-lo substancialmente, sob pena de chegarmos a um impasse no endividamento externo. Três diretrizes básicas deveriam orientar esse processo de ajustamento. Em primeiro lugar, era necessário, pela política de investimentos, diminuir a nossa dependência em relação ao suprimento de insumos básicos e bens de capital. Em segundo lugar, como a substituição de importações não se consegue instantaneamente, seria aconselhável adotar, como estratégia de transição, várias medidas de contenção das compras externas, através dos instrumentos monetários, fiscais e administrativos. Em terceiro lugar, tanto no sentido de melhorar a balança comercial quanto de viabilizar o inevitável crescimento da dívida externa, tornar-se-ia indispensável apoiar o rápido aumento das exportações, com variada gama de incentivos cambiais, fiscais e creditícios.

Essas diretrizes vêm sendo seguidas à risca pelo meu Governo. A política de desenvolvimento industrial pautou-se pela tônica da substituição das importações de insumos básicos e de bens de capi-

tal. Os primeiros resultados dessa substituição, aliados às medidas de contenção adotadas, permitiram que as importações cessassem de crescer a partir de 1974, não obstante a expansão interna da economia e a alta dos preços internacionais. As exportações aumentaram, no triênio 1974-1976, de 18% ao ano, apesar das vicissitudes do mercado internacional. Ano a ano, vêm declinando nossos *deficits* comercial e em conta-corrente e, no primeiro semestre de 1977, em parte graças aos altos preços do café, já conseguimos apresentar um *superavit* comercial de 200 milhões de dólares. As reservas cambiais do País, após dois anos de declínio, subiram, no final de 1976, para mais de 6,5 bilhões de dólares. E, ao que tudo indica, conseguiremos no corrente ano conter o aumento da dívida externa a taxa bem inferior à do crescimento das exportações.

O crescimento do produto real brasileiro, desde 1974, embora menos acelerado do que na fase áurea de 1968 a 1973, vem-se mantendo em ritmo altamente expressivo no panorama mundial. De pouco valeria esse crescimento, todavia, se a sua sustentação estivesse ameaçada pelo impasse nas contas externas. A maior preocupação do meu Governo foi evitar o risco desse impasse que, forçando um racionamento drástico de importações essenciais, submeteria a população brasileira à trágica exposição da crise e do desemprego. O ajuste do balanço de pagamentos ainda precisa consolidar-se, pois não podemos contar permanentemente com preços excepcionais da exportação de nossos produtos primários.

Mas, ainda que se descontem os acidentes favoráveis, os resultados conseguidos são suficientemente expressivos para mostrar que caminhamos na direção segura.

Pelo ajuste do balanço de pagamentos teríamos um preço a pagar, e a maior parte dele foi o recrudescimento da alta de preços. A inflação brasileira, que se arrasta endemicamente há várias gerações, não comporta explicações unilaterais. Como em toda inflação crônica, misturam-se pressões de demanda, de custos, de realimentação, de desequilíbrios de oferta, com a própria ação psicológica de empresários e consumidores. O que vale notar é que, a menos que se aceitem insuportáveis índices recessivos, existem inúmeras áreas de atrito entre a política de combate à inflação e a de ajuste do balanço de pagamentos. Esses conflitos se identificam no manejo da taxa de câmbio; na contenção das importações, via aumento de preços; na orientação da agricultura para os produtos de exportação; e no próprio efeito monetário da acumulação das reservas cambiais.

Clareados os horizontes de nosso balanço de pagamentos, devemos concentrar nossos esforços no combate, gradualista mas significativo, às pressões inflacionárias. Esse combate exige de cada brasileiro a sua quota-parte de contribuição. Ao Governo compete a grande tarefa de coordenar os instrumentos monetários, fiscais, de abastecimento e de administração de salários e preços. Mas essa tarefa se tornará ingrata e dolorosa se não for acompanhada da ampla adesão de todos os segmentos da

população e, em particular, da compreensão das classes empresariais.

Às instituições financeiras e, muito particularmente, aos Bancos Comerciais que tanto influem nas decisões de produção e de investimento e na composição dos custos das empresas, cabe especial responsabilidade na luta contra a inflação. Essa luta deve ser encarada fundamentalmente como um processo de inversão de tendências e de expectativas. Se todos os preços, lucros e remunerações de fatores de produção se reajustam sistematicamente na proporção da inflação passada, nada melhor se conseguirá do que a perpetuação do ritmo inflacionista. O amortecimento da realimentação é o fulcro de qualquer programa de gradativa estabilização da moeda e, para esse objetivo, estão convergindo as medidas recentemente tomadas pelo meu Governo. A correção das expectativas deve afetar, entre outras variáveis, a fixação pelo mercado das taxas de juros. Na sua desejável prudência, devem os banqueiros lembrar-se de velha máxima: quem cobra juros excessivos põe em risco o retorno do principal.

O Brasil vive hoje um período de profundas transformações. Estamos consolidando nossa indústria de base, de modo a melhor balancear a estrutura da produção secundária. Avançamos para a exportação, buscando novos mercados, técnicas de comercialização e o aperfeiçoamento qualitativo dos produtos. Dentro das limitações impostas pelo ajuste do balanço de pagamentos, expande-se o mercado interno, como consequência do aumento do produto

nacional. Com estímulos especiais à capitalização da empresa e com a nova lei de sociedades por ações, procura-se desenvolver novo modelo associativo para a empresa privada nacional, capaz de enfrentar as escalas de investimento impostas pela tecnologia moderna. Todo esse processo de modernização da economia precisa do apoio criativo do sistema financeiro, canalizando os recursos dos que poupam para os que investem. É compreensível que, em algumas das tarefas pioneiras, um papel relevante se reserve aos bancos governamentais. Mas, dentro dos princípios de uma sociedade pluralista, é indispensável que as entidades financeiras privadas participem em grande escala da sustentação do desenvolvimento.

O fortalecimento do setor privado em bases duradouras não é compatível com a estatização do crédito. Essa é razão suficiente para que meu Governo se preocupe com a solidez e com a expansão das instituições financeiras privadas. O que exige, como contrapartida, que todos os banqueiros se conscientizem de sua missão social e de suas responsabilidades na tarefa de modernizar a sociedade brasileira.